ainda nos nossos domínios ultramarinos organizar-se hão sem demora nas condições expressas neste decreto, na parte não alterada pelo decreto n.º 233, que lhes são inteiramente applicáveis, com as modificações dos artigos seguintes.

Art. 15.º O chefe dessas missões será escolhido pelos seus membros de acordo com o governador da provincia, a quem também será comunicada qualquer alteração que venha a fazer-se no seu pessoal, contanto que se mantenha sempre o número mínimo de seus membros, em harmonia com as disposições deste decreto.

Art. 16.º Podem também nos mesmos termos constituir-se em missões civilizadoras os ministros de qualquer religião que pretendam dedicar-se à civilização das raças africanas. Para tanto farão a sua participação ao Governo ou ao governador da provincia, indicando nela os nomes e naturalidades dos seus membros e a região em que pretendem estabelecer-se.

§ 1.º Ao Governo e ao Instituto de Missões Coloniais será enviada cópia da participação, bem como das alterações que vierem a fazer no seu pessoal, contanto que não desça abaixo do mínimo expresso neste decreto e que seja permanentemente de missionários portugueses e a sua maioria portuguesa, inalteravelmente, o seu chefe.

§ 2.º Se a participação for feita no continente, terão logo direito à passagem por conta do Estado os missionários que se destinam a constituir essa missão.

§ 3.º O Estado concederá subsídios a estas missões, para sua instalação.

Art. 17.º O ensino da língua portuguesa e da história de Portugal é obrigatório em todas as missões e suas sucursais e só por portugueses pode ser ministrado.

Art. 18.º Todas as missões são obrigadas a prestar contas anualmente ao governador da provincia e também annualmente submeterão os seus orçamentos à sua aprovação.

§ único. Os bens das missões, de qualquer espécie ou natureza, são sempre considerados propriedade nacional.

Art. 19.º A todas as missões religiosas é permitido fazer a sua propaganda e celebrar os actos do seu culto em todos os edificios do Estado que eram destinados a tal fim e aos quais outro destino não tenha sido dado.

Art. 20.º Os agentes de civilização e os membros das missões religiosas portuguesas são considerados como funcionários públicos da colónia para todos os efeitos, sem exceptuar o da aposentação.

§ único. Todos eles têm direito a um aumento de 25 por cento sobre o seu ordenado por cada período de 5 anos, além do primeiro, que servirem as missões, devendo o dos antigos alunos do Colégio das Missões Ultramarinas calcular-se sobre os seus antigos ordenados quanto ao tempo que tiveram anteriormente a este decreto.

Art. 21.º O Instituto de Missões Coloniais proporá immediatamente todos os alunos que tiver em condições de seguirem para o serviço das missões, fornecendo-lhes o necessário vestuário, roupas, livros e demais objectos que devem constituir a bagagem de agentes de civilização; para tanto e para concluir a instalação de suas oficinas lhe é concedido um subsídio de 15.000\$.

Art. 22.º As verbas inscritas nos orçamentos das provincias de Angola e Moçambique, respectivamente de 51.600\$ e 24.000\$ para subsídios a missões, serão de ora avante applicadas exclusivamente às missões criadas e reguladas por este decreto, nos termos nele prescritos, e fora dos quais nenhum outro subsídio será concedido para tal fim.

§ 1.º Estas verbas serão elevadas à importância necessária quando se verificar que as actuais são insufficientes para satisfazer os encargos agora criados.

§ 2.º O mesmo se praticará nas provincias de Timor e Guiné, logo que nelas se tenha fundada alguma missão.

§ 3.º Nas verbas de subsídios a missões, nos orçamentos das provincias de Angola e Moçambique, incluir-se-há a de 6.000\$ com que cada uma delas fica contribuindo para o Instituto de Missões Coloniais.

Art. 23.º É elevado a cento e vinte o número de alunos gratuitos do referido Instituto, com destino às missões civilizadoras, e fixada em 24.000\$ a dotação orçamental marcada no n.º 1.º do artigo 39.º do decreto de 8 de Setembro de 1917.

Art. 24.º Fica revogada a legislação em contrário e expressamente o decreto n.º 5:239, de 8 de Março último, e de nenhum efeito declaradas quaisquer concessões feitas com fundamento nas suas disposições.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, em 10 de Maio de 1919.—*JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES — Domingos Leite Pereira — António Joaquim Granjo — António Maria Baptista — Vitor José de Deus de Macedo Pinto — Xavier da Silva Júnior — Júlio do Patrocínio Martins — João Lopes Soares — Leonardo José Coimbra — Jorge de Vasconcelos Nunes — Luis de Brito Guimarães.*

Decreto n.º 5:779

Cumprindo o disposto no artigo 85.º da Constituição, o primeiro Congresso da República elaborou as leis orgânicas de administração civil e financeira das provincias ultramarinas, que foram antes de discutidas e votadas pelo Congresso, cuidadosamente estudadas, em longas e demoradas sessões, por uma comissão mixta de Senadores e Deputados, versados em assuntos coloniais, pertencentes a todas as facções políticas e eleitos pelas respectivas Câmaras.

Publicadas as referidas leis n.ºs 277 e 278, de 15 de Agosto de 1914, cada colónia, nos termos do artigo 3.º da lei n.º 277, elaborou um projecto da sua carta orgânica, projecto que foi a seguir submetido ao exame do Conselho Colonial.

O Conselho Colonial, após um aturado estudo, adaptou estes projectos àquelas leis, propondo ainda as alterações que julgou necessárias, no uso das attribuições que lhe conferia o § 1.º do citado artigo 3.º

Esses projectos, revistos depois pelo então titular da pasta das Colónias e discutidos em Conselho de Ministros, foram finalmente convertidos em diplomas legais em 1917.

O decreto de 1 de Julho de 1918, porém, alterando as referidas bases e confiando à colónia a sua regulamentação, revogou essas cartas orgânicas, com o fundamento de que as leis n.ºs 277 e 278 não preservavam descentralização gradual correspondente a qualquer grau de desenvolvimento ou natureza diversa das colónias.

Ora convém acentuar que, ao contrário do fundamento alegado, o artigo 3.º da lei n.º 277 autorizou o Governo a decretar as cartas orgânicas de cada colónia, «tendo em vista o seu grau de desenvolvimento e mais circunstâncias peculiares».

De entre as alterações introduzidas nessas bases pelo aludido decreto de 1 de Julho de 1918, algumas existem que pouco se recomendam pelo seu espirito anti-liberal.

Assim, a base 20.ª, por exemplo, ao contrário da doutrina expressa na base alterada, até nega aos funcionários coloniais o direito de recurso aos tribunais competentes das decisões dos governadores.

E a base 23.ª reduz a metade o número de vogais não funcionários do Conselho do Governo, quando a base primitiva dispunha, como é próprio de um regime democrático, que o número de vogais não funcionários, eleitos, do mesmo Conselho, poderia ascender até dois terços do número total.

E, finalmente, o artigo 8.º do mencionado decreto de

1 de Julho comete não ao governo da colónia, mas exclusivamente ao governador, uma função que àquela data pertencia ao Governo da metrópole — a organização do Conselho do Governo, corpo representativo da população e que tem por fim consultar e deliberar sobre os mais importantes assuntos de administração provincial.

Cumpro notar que, como consequência dessa disposição, em algumas colónias têm assento no Conselho do Governo, como seus vogais eleitos, não só vários funcionários, mas ainda concessionários e gerentes de firmas que têm contratos com o Governo. Convém, por isso, que as resoluções tomadas por esses corpos sejam sancionadas pelos Conselhos do Governo constituídos nos termos prescritos nas Cartas Orgânicas.

O artigo 7.º determina que faça parte do Conselho do Governo do Estado da Índia um vogal eleito pelas associações legalmente constituídas, satisfazendo assim uma justa aspiração duma das mais cultas das nossas províncias ultramarinas.

O artigo 8.º preceitua que os auditores de Fazenda das Colónias que, exercendo com toda a independência as funções que lhes competem, têm por especial missão fiscalizar, sob o ponto de vista legal, os actos de administração financeira dos governos ultramarinos, fiquem directamente subordinados, no exercício das suas funções, ao Ministro das Colónias, princípio que estava, de resto, previsto no decreto de 30 de Março de 1917.

Não podendo, nem devendo as alterações às Cartas Orgânicas obedecer à orientação pessoal dos governadores, o artigo 9.º dispõe que tais alterações se façam só um ano depois da execução do novo regime e quando aprovadas por dois terços dos vogais do Conselho do Governo.

Do exposto resulta a necessidade inadiável de revogar o decreto n.º 4:627, de 1 de Julho de 1918, mantendo-se as Cartas Orgânicas das províncias ultramarinas.

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São declarados em vigor os decretos n.ºs 3:108-B, 3:168, 3:266, 3:285, 3:309, 3:520 e 3:621, respectivamente de 25 de Abril, 31 de Maio, 27 de Julho, 11 e 23 de Agosto, 5 de Novembro e 28 de Novembro de 1917, que constituíam respectivamente as Cartas Orgânicas das províncias ultramarinas de Cabo Verde, Guiné, Índia, S. Tomé e Príncipe, Timor, Macau e Angola, ficando revogado o decreto n.º 4:627, de 1 de Julho de 1918, com excepção do disposto no artigo 11.º deste decreto.

Art. 2.º Todas as resoluções dos governos coloniais promulgadas ao abrigo do disposto no artigo 3.º do citado decreto n.º 4:627, de 1 de Julho de 1918, quando os Conselhos do Governo que sobre elles se pronunciaram não tenham sido constituídos nos termos preceituados nas Cartas Orgânicas, continuarão em vigor até que sobre elles se pronunciem os Conselhos do Governo constituídos nos referidos termos, devendo os governadores dar-lhes sanção definitiva quando esta caiba da competência que as Cartas Orgânicas lhe conferem, ou submetê-las à aprovação do Governo Central em caso contrário.

Art. 3.º A ilegitimidade prevista nas bases 23.ª, 29.ª e 35.ª anexas à lei n.º 277, de 15 de Agosto de 1914 compreende todos os funcionários do Estado e dos corpos e corporações administrativos, não só em efectivo serviço mas ainda os aposentados, reformados ou licenciados, sejam ou não remunerados.

Art. 4.º Não podem ser eleitos vogais do Conselho do Governo:

a) Os membros dos conselhos administrativos e fiscaes de companhias que tenham contratos com a colónia e os que nesses contratos sejam directamente interessados;

b) Os indivíduos que tenham contratos com a colónia e ainda os que sejam concessionários, gerentes ou sócios de firmas contratadoras de concessões, arrematações ou empreitadas de obras públicas e operações financeiras.

§ 1.º Perde o lugar o vogal do Conselho do Governo logo que esteja nos casos especificados na alínea a) e ainda o vogal eleito que aceitar do Governo emprego retribuído ou comissão subsidiada.

§ 3.º Nenhum vogal do Conselho do Governo poderá celebrar contratos com a colónia nem poderá ser concessionário, gerente ou sócio de firmas contratadoras de concessões, arrematações ou empreitadas de obras públicas e operações financeiras.

§ 3.º A inobservância dos preceitos contidos no parágrafo anterior importa perda de lugar e anulação dos actos e contratos nele referidos.

Art. 5.º Não havendo recursos pendentes, consideram-se válidas as eleições realizadas antes da publicação do referido decreto n.º 4:627 no *Boletim Oficial* da colónia, para os vogais do Conselho do Governo, do Tribunal do Contencioso e de Contas, dos Conselhos de Distrito e corpos administrativos, quando os eleitos não estejam abrangidos em quaisquer disposições do presente decreto.

Art. 6.º Os vogais dos corpos referidos no artigo anterior entrarão imediatamente no exercício das suas funções, devendo o Conselho do Governo destinar as suas primeiras sessões ao exame das resoluções mencionadas no artigo 2.º

Art. 7.º Do Conselho do Governo do Estado da Índia fará também parte um vogal eleito pelas associações de classe, legalmente constituídas, que não estejam compreendidas no artigo 100.º do decreto n.º 3:266, de 17 de Julho de 1917.

Art. 8.º Os auditores de Fazenda são directamente subordinados ao Ministro das Colónias, com quem se correspondem por intermédio da Direcção Geral de Finanças.

Art. 9.º Só um ano depois da execução do novo regime administrativo e financeiro, os governos das colónias poderão propor ao Governo da Metrópole, caso sejam aprovadas por dois terços dos membros dos respectivos Conselhos do Governo, quaisquer alterações às Cartas Orgânicas que a experiência tenha demonstrado serem necessárias.

Art. 10.º É declarada em vigor a base 24.ª do artigo 7.º do decreto n.º 4:627, de 1 de Julho de 1918, pela qual a circulação monetária e fiduciária das colónias é regulada pelo Governo da Metrópole.

Art. 11.º Fica revogada a legislação em contrário. Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam publicar. Paços do Governo da República, 10 de Maio de 1919.—JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES—*Domíngos Leite Pereira—António Joaquim Granjo—Amílcar da Silva Ramada Curto—António Maria Baptista—Vitor José de Deus de Macedo Pinto—Xavier da Silva Júnior—Júlio do Patrocínio Martins—João Lopes Soares—Leonardo José Coimbra—Jorge de Vasconcelos Nunes—Luís de Brito Guimarães.*

Decreto n.º 5:780

Tendo sido restabelecida pelo decreto n.º 5:779, de 10 do corrente a Carta Orgânica da Província da Guiné, que havia sido revogada pelo decreto n.º 4:627, de 1 de Julho de 1918, e convindo reorganizar a Secretaria dos Negócios Indígenas da mesma Província, criada pelo mencionado diploma orgânico;

Considerando que para o bom funcionamento destes